



ANÁLISE DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR: ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DO BRASIL NO CONTEXTO DO II PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN)

GRUPO DE TRABALHO 3: GT3 - Direito, Políticas Públicas e Governança

Sthefanie Aguiar da Silva¹
João Marcelo Pereira Ribeiro²
Wellyngton Silva de Amorim³
Ana Valquiria Jonck⁴

José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra⁵

¹ Estudante de Relações Internacionais na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisadora no Projeto BRIDGE, financiado pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e pelo Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCUK) através do Fundo Newton. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade - GREENS.
E-mail: sthefanie.sads@hotmail.com. Telefone: +55 48 988147410

² Mestre em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisador dos projetos LINKS 2015 e BRIDGE, financiado pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e pelo Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCUK) através do Fundo Newton. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade - GREENS.
E-mail: joaomarceloprdk@gmail.com. Telefone: +55 48 998272122

³ Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisador no Projeto BRIDGE, financiado pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e pelo Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCUK) através do Fundo Newton.
E-mail: wellyngton8@hotmail.com. Telefone: +55 48 984525479.

⁴ Estudante de Relações Internacionais na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisadora no Projeto BRIDGE, financiado pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e pelo Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCUK) através do Fundo Newton.
E-mail: anajonck15@gmail.com.

⁵ Professor titular na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Diretor no Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS), Unisul. Também na UNISUL, coordena três projetos de pesquisa: JELARE e REGSA, ambos financiados pela União Europeia; Projetos LINKS 2015 e BRIDGE, financiados pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e pelo Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCUK) através do Fundo Newton. E-mail: baltazar.guerra@unisul.br.



ANÁLISE DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR: ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DO BRASIL NO CONTEXTO DO II PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN)

RESUMO

Um dos desafios da agenda internacional atual é garantir a segurança alimentar e nutricional. O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo e tem desenvolvido diversas políticas públicas para garantir a nutrição da sua população. O Brasil tem demonstrado diversos avanços na promoção de segurança alimentar e nutricional em território nacional. Ainda assim, restam desafios a serem enfrentados no período de 2016 até 2019, estabelecidos no II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), contextualizado no movimento global para garantia de segurança alimentar a partir do segundo objetivo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Considerando os quatro pilares de segurança alimentar e nutricional (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade), este artigo pretende analisar os 9 desafios do II PLANSAN e caracterizar os principais focos e brechas deixadas pelo plano brasileiro, visando auxiliar na promoção de políticas públicas para a garantia da nutrição básica populacional. Nesse sentido, o presente artigo notou a instabilidade política e econômica do Brasil como a maior barreira para a garantia de segurança alimentar e nutricional.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar; Brasil; II PLANSAN; Estabilidade.

ANALYSIS OF THE BRAZILIAN POLICIES FOR FOOD SECURITY: STRATEGIES ADOPTED TO FACE THE BRAZILIAN CHALLENGES IN THE CONTEXT OF THE II NATIONAL PLAN ON FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY (PLANSAN)

ABSTRACT

One of the challenges of the current international agenda is to ensure food and nutritional security. Brazil is one of the largest agricultural producers in the world and has developed several public policies to guarantee the nutrition of its population. Brazil has demonstrated several advances in the promotion of food and nutritional security in the national territory. Yet, challenges remain to be faced in the 2016-2019 period, established through the II National Plan on Food and Nutritional Security (PLANSAN), contextualized in the global movement to guarantee food security from the second goal of the Sustainable Development Goals (SDGs). Considering the four pillars of food and nutritional security (availability, access, use and



stability), this paper intends to analyze the nine challenges of the II PLANSAN and to characterize the main focuses and gaps left by the Brazilian plan, aiming at assisting in the promotion of public policies to guarantee the basic population nutrition. In this regard, the present article noticed the political and economic instability of Brazil as the greatest barrier to guarantee food and nutritional security.

KEYWORDS: Food security; Brazil; II PLANSAN; Stability.

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade das produções agrícolas devido as alterações climáticas, o aumento populacional e conseqüentemente da demanda por alimentos são responsáveis pelo aparecimento de desafios na área da segurança alimentar no Brasil e no mundo. O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas mundiais e um grande exportador de *commodities* (SILVA et al., 2010). Ao mesmo tempo, um país que saiu do mapa da fome recentemente (ONUBR, 2015) devido a programas e leis para garantir o acesso, utilização, estabilidade e disponibilidade de alimentos para as populações mais vulneráveis (OECD e FAO, 2015).

Apesar de grandes avanços em termos nutricionais, o país tende a enfrentar nove desafios previstos no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que foram programados para serem cumpridos no período entre 2016 e 2019.

Esse trabalho está dividido em três partes principais. A primeira parte, trata-se de uma revisão de literatura para a temática e contextualização da segurança alimentar. Nos tópicos seguintes os autores apresentam uma análise dos programas e políticas para segurança alimentar no Brasil e respectivamente seus resultados. No último tópico é desenvolvida uma discussão levando em conta a literatura e as políticas brasileiras, visando analisar o II PLANSAN conforme os pilares de segurança alimentar para apontar as falhas do Brasil na definição das metas.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De maneira geral, segurança alimentar é um termo considerado bastante flexível e multidimensional, abrindo espaço para que seja interpretado das mais diversas formas (MAXWELL et al., 1992). Originalmente, o termo era utilizado para explicar a capacidade de um país em conseguir abastecer e satisfazer as necessidades alimentares da sua população (PINSTRUP-ANDERSEN, 2009).



Em 1974, a *World Food Security* definiu segurança alimentar como a “disponibilidade em todos os momentos do abastecimento mundial de gêneros alimentícios básicos para sustentar uma expansão constante do consumo de alimentos e para compensar as flutuações na produção e nos preços”⁶ (FAO, 1974, tradução nossa).

Nove anos depois, a FAO complementa o conceito ao afirmar que a segurança alimentar deve “garantir que todas as pessoas em todos os momentos tenham acesso físico e econômico a alimentos básicos que elas precisam”⁷ (FAO, 1983, tradução nossa). Em 1996, A Cúpula Mundial da Alimentação (*World Food Summit*) apresenta uma definição ainda mais complexa que as anteriores, (FAO, 1996, tradução nossa) afirmando que

A segurança alimentar, a nível individual, doméstico, nacional, regional e global, é alcançada quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável⁸

O WFP (2016) e a FAO (1996) citam também a existência de importantes pilares para a segurança alimentar: a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade de alimentos, que estão representados na Tabela 1. Em geral, estas são as dimensões mais reconhecidas e apresentadas em qualquer índice que trate da segurança alimentar (NAPOLI et al., 2010).

Disponibilidade	Ocorre quando existem quantidades suficientes de alimentos disponíveis, considerando estoques e produções em uma determinada área “e a capacidade de se trazer comida de outros lugares através do comércio ou da ajuda”. ⁹
Acesso	Ocorre quando as pessoas podem alcançar regularmente adequadas quantidades de comida, seja através da compra, da troca, a partir de empréstimos, da produção caseira, por presentes ou ajuda alimentar.
Utilização	Significa que toda a comida consumida deve impactar positivamente na nutrição das pessoas, implicando em práticas de armazeno, higiene, a saúde dos indivíduos, práticas de partilha e alimentação no âmbito familiar.
Estabilidade	Ocorre quando uma população, família ou indivíduo possui acesso à alimentos adequados durante todos os momentos, não havendo a possibilidade ou risco de que o acesso a estes alimentos seja perdido por decorrência de crises econômicas, climáticas ou por eventos cíclicos

Tabela 1: Os quatro pilares da segurança alimentar.

Fonte: Elaborada pelos autores, baseada em FAO (1996) e WFP (2016).

⁶ “Availability at all times of adequate world food supplies of basic foodstuffs to sustain a steady expansion of food consumption and to offset fluctuations in production and prices”.

⁷ “Ensuring that all people at all times have both physical and economic access to the basic food they need”.

⁸ “Food security, at the individual, household, national, regional and global levels [is achieved] when all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food to meet their dietary needs and food preferences for an active and healthy life”.

⁹ “and the capacity to bring in food from elsewhere, through trade or aid”.



Em relação à exposição da Tabela 1, entende-se que a **disponibilidade** diz respeito a disposição de uma alimentação adequada às pessoas. **Acesso** existe quando todas as pessoas possuem os recursos necessários para obter uma alimentação adequada e nutritiva (seja através da produção, da compra ou doação). A **utilização** representa a capacidade do corpo humano de ingerir e metabolizar os alimentos. Refere-se também a existência de dietas que sejam nutritivas e seguras, em um ambiente biológico e socialmente adequado, evitando doenças e garantindo a utilização adequada dos alimentos. A **estabilidade** é o determinante temporal que afeta diretamente os outros três elementos anteriores (PANGARIBOWO et al., 2013).

Charlton (2016) afirma que “embora nem sempre explícito, cada pilar contém considerações nutricionais e componentes cruciais para os elos da cadeia entre as economias nacionais de alimentos, as famílias e o bem-estar individual”¹⁰.

Um ponto fundamental para a estabilidade destes pilares seria o clima, atualmente o mundo passa por um cenário de risco devido as alterações climáticas (WHEELER e BRAUN, 2013). Segundo Nelson et al. (2012, p. 2, tradução nossa),

as alterações climáticas tornarão ainda mais difícil o desafio de alcançar a segurança alimentar. Seus efeitos sobre a produção e distribuição de alimentos podem aumentar a pobreza e a desigualdade, com impactos em cada um dos quatro pilares e consequentes efeitos sobre os meios de subsistência e a nutrição¹¹.

A insegurança alimentar¹² também pode ser dividida em duas formas: insegurança alimentar crônica e insegurança alimentar transitória. Ela é considerada crônica quando ocorre com persistência ou à longo prazo. As pessoas que se enquadram neste contexto, são incapazes de satisfazer as suas necessidades alimentares mínimas durante um grande período de tempo, o que gera longos períodos de pobreza, um acesso inadequado aos recursos produtivos e financeiros e a falta de bens. Já a insegurança alimentar transitória ocorre quando existe uma queda súbita na capacidade de produção alimentar ou a falta do acesso a comida suficiente para manter um bom estado nutricional em um período de prazo curto/temporário. Ocorre também

¹⁰ “While not always explicit, each pillar contains nutrition considerations and components crucial to the links in the chain between national food economies, households and individual well-being”.

¹¹ “climate change will make the challenge of achieving food security even harder. Its effects on food production and distribution may increase poverty and inequality, with impacts on each of the four pillars, and consequent effects on livelihoods and nutrition”.

¹² “food insecurity exists when people do not have adequate physical, social or economic access to food as defined above” (FAO, 2003).



quando há flutuações na disponibilidade e no acesso aos alimentos, incluindo as variações de ano para ano na produção de alimentos no mercado interno (VON BRAUN, 1992; FAO, 2008).

A importância de um “impulsãoamento” na nutrição e no acesso à alimentação é ainda mais perceptível ao se observar os dados globais: até 2050, a população mundial chegará à 9.7 bilhões de pessoas, que demandarão 70% mais alimentos do que o que é consumido atualmente (WEF, 2016), levando em consideração a população que cresce e a força de trabalho rural que diminui (FAO, 2009). Desta forma, a segurança alimentar pode ser considerada um fenômeno estratégico, que caso seja bem interpretado, pode contribuir demasiadamente para a criação e implementação de políticas e programas para a melhoria da nutrição (PINSTRUP-ANDERSEN, 2009).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2014) define política de segurança alimentar e nutricional como um conjunto de ações planejadas para a garantia de oferta e acesso de alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e saúde, e que sejam sustentáveis, ou seja, programadas para o longo prazo.

Nesse sentido, a preocupação com a segurança alimentar e nutricional no Brasil começa a aparecer nos discursos políticos como parte da desigualdade social muito proeminente no país. Em 1940, durante o Estado Novo, instituiu-se o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), a primeira política pública brasileira voltada ao combate à fome e a educação alimentar e nutricional, dando início ao possível debate da segurança alimentar no país, embora priorizava-se principalmente os trabalhadores do mercado formal (PINTO, 2014). Em 1953, ao fim do Estado Novo, foi lançado o Plano Nacional de Alimentação, onde se consolidou a criação de estratégias de segurança alimentar e nutricional, neste caso, direcionada especificamente para cidadãos menos favorecidos (PINTO, 2014).

Durante o Regime Militar as principais estratégias neste sentido foram a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972, que tinha por objetivo auxiliar o governo na formulação de políticas alimentares e nutricionais e também o Programa de Alimentação do Trabalhador de 1976, política essa, voltada para trabalhadores de baixa renda (PINTO, 2014).



No pós-regime militar, durante a metade da década de 80, o discurso da segurança alimentar e nutricional ganhou mais força (PINTO, 2014). Destacam-se o ano de 1985, com o lançamento do documento do Ministério da Agricultura intitulado “Segurança Alimentar – Proposta de uma política de combate à fome” e também a realização da primeira conferência nacional sobre o tema (PINTO, 2014). Em 1993, foi formalizado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), principal órgão governamental para a segurança alimentar e nutricional do Brasil e o maior ator na formação de políticas alimentares e nutricionais atuais no país (PINTO, 2014).

Assim que a Segurança alimentar e nutricional (SAN) foi implantada como objetivo estratégico do governo brasileiro, ela passou a ser o centro das políticas de produção agrícola para a alimentação, comercialização e distribuição de alimentos (MALUF et al., 1996). Estudos também ressaltam a importante participação brasileira em políticas de transferência de renda, que contribuem para a garantia da segurança alimentar e nutricional em populações mais pobres (SEGALL-CORRÊA et al., 2008).

A partir deste tópico, serão abordadas as principais ações em políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, os planos e programas implementados nacionalmente. Essas ações têm foco na ligação e importância mútua da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional.

3.1 PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN)

A partir das diretrizes nacionais de segurança alimentar e nutricional e considerando o cenário global moldado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi acordado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). O II PLANSAN é responsável pela definição de objetivos e iniciativas brasileiras em SAN, além de divulgar os custos públicos necessários à implementação e quais órgãos e programas brasileiros serão empregados para atingir tais objetivos.

O primeiro PLANSAN foi criado em 2011 e programado para o período de 2012-2015. O plano contou com 10 desafios que pretendiam erradicar a extrema pobreza e a insegurança alimentar grave, garantindo a promoção da produção familiar e sustentável, e promovendo o



fortalecimento das ações brasileiras na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O esforço na implementação e no investimento em programas que compõem a estratégia de acesso aos alimentos, contribuíram para o aumento no acesso a alimentos pela população brasileira, levando conseqüentemente à uma redução da pobreza e extrema pobreza. Desta forma, através de políticas públicas para a inclusão produtiva, para a geração de renda para as famílias que vivem no campo, garantindo crédito rural e incentivos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprir os mercados institucionais, por exemplo, foram possíveis grandes conquistas que puderam ser sentidas em todo o território nacional (CAISAN, 2014).

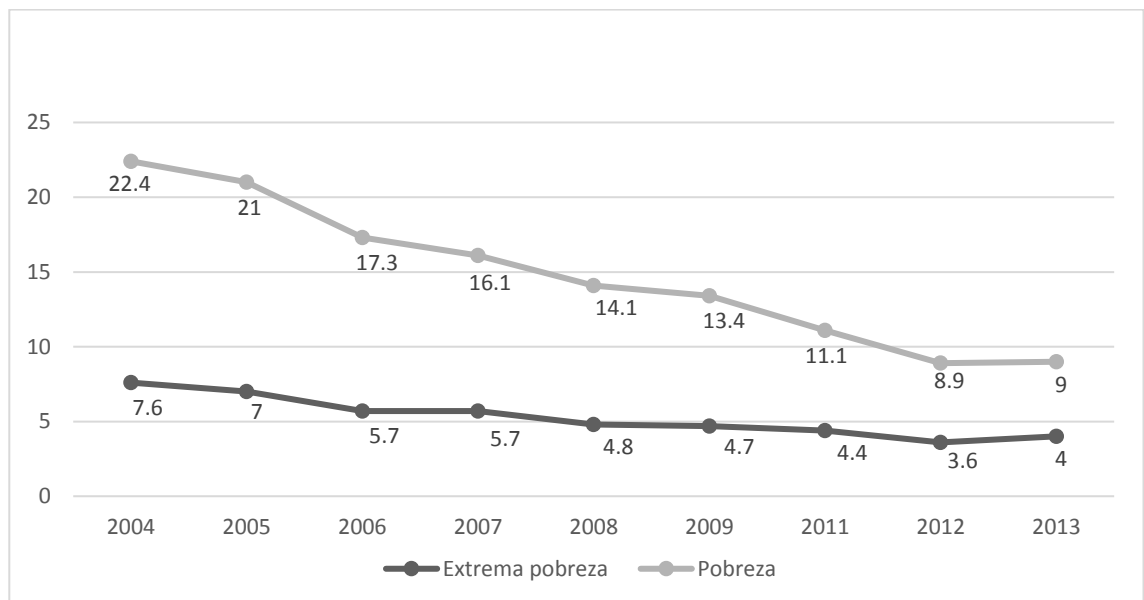


Figura 1: Evolução da extrema pobreza no Brasil entre 2004 e 2013

Fonte: Elaborada pelos autores, adaptado de CAISAN, 2015.

*Em 2010, em virtude da realização do Censo Demográfico, não há coleta de dados pela PNAD. Fonte: PNAD/IPEADATA, 2014. Nota: Decreto 7492 (Brasil sem Miséria).

A experiência com o primeiro período do PLANSAN mostrou a necessidade de criação de estratégias claras e de identificar a insegurança alimentar presente nos grupos de minorias mais vulneráveis (mulheres, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais brasileiras) (CAISAN, 2016). Constatou-se que o elevado número de objetivos e metas (43 objetivos e 330 metas) dificultava o seu monitoramento, o que prejudicou o foco que deveria ser dado a questões mais sensíveis. Portanto, oficinas intersetoriais foram feitas por diretriz do



plano. Além disso, implementou-se o Sistema de Monitoramento do PLANSAN - SISPLANSAN, cujo objetivo foi monitorar o funcionamento do plano (CAISAN, 2016).

Apesar dos resultados positivos, o I PLANSAN deixou algumas lições para a formulação do II PLANSAN: primeiramente, a) o Plano deve ter um caráter estratégico, possuindo metas ainda mais claras e robustas para impactar a sociedade; b) temas regulatórios também devem ser incluídos; c) deve-se comunicar os seus objetivos e resultados, lembrando-se sempre do período de 4 anos; e d) deve-se haver a capacidade de monitorar as vulnerabilidades mais específicas em termos de insegurança alimentar e nutricional, acompanhando sempre as agendas transversais, envolvendo a juventude, os indígenas, as mulheres, quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e a população negra (CAISAN, 2016).

Em 2015, aconteceu no Brasil a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que teve como tema “Comida de verdade no campo e na cidade” e objetivou ampliar os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, com a garantia do DHAA, através da gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e no II PLANSAN (CONSEA, 2015).

A V Conferência resultou em uma Carta Política, que dá as prioridades e diretrizes para a criação do II PLANSAN. Assim, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), baseou-se na Carta para a criação do plano para o período 2016-2019 (CAISAN, 2016).

O II PLANSAN foi formulado a partir de 9 desafios brasileiros na garantia de SAN, com atenção para um macro desafio: a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que envolve os desafios 3, 4 e 5, como mostra a Tabela 2.

Desafios do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019)	
Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional	
Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural	
MACRO DESAFIO:	Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica



Promoção de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis	Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável
	Desafio 5 – Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias
Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação	
Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural	
Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social	
Desafio 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional	

Tabela 2: Desafios do II PLANSAN (2016-2019)

Fonte: Elaborada pelos autores, baseado em CAISAN, 2016.

O processo de planejamento e construção dos desafios do II PLANSAN buscou alinhar os objetivos nacionais com os objetivos assumidos pelo Brasil internacionalmente na assinatura dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, buscando atingir ambos de forma conjunta. De acordo com o plano (CAISAN, 2016), o Objetivo referente à segurança alimentar é o de número 2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

Dentro das metas do II PLANSAN são citados outros programas brasileiros que serão responsáveis pela contribuição ao plano na promoção da segurança alimentar e nutricional neste período. Os autores selecionaram alguns dos programas mais influentes no território brasileiro, principalmente com relação à distribuição de renda e incentivo à agricultura familiar, que têm sido os maiores focos das políticas brasileiras de segurança alimentar e nutricional.

3.1.1 PROGRAMAS COMPLEMENTARES ÀS AÇÕES DO II PLANSAN

O programa brasileiro mais antigo voltado para a segurança alimentar, que data da década de 40 é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O programa oferece alimentação nas instituições de ensino e ações de educação alimentar e nutricional, tendo estabelecido que 30% do valor de compra de alimentos disponibilizados para os alunos deve ser feita diretamente de produtos de agricultura familiar (FNDE, 2012).

Outro programa complementar na concretização das metas do II PLANSAN, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atende aos princípios de segurança alimentar, visando garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e a distribuição de



alimentos (MULLER, 2007; GRISA et al., 2012). O programa adquiriu alimentos como leite, grãos e cereais que foram doados para escolas e entidades sociais, além serem armazenados para o abastecimento de estoques públicos (CAISAN, 2011). Também é citado como programa complementar o Bolsa Família, por ser um programa de transferência de renda, pretendendo diminuir as desigualdades e acabar com a pobreza (SOARES et al., 2003; CAISAN, 2016).

As metas do II PLANSAN também estão em torno de produção de alimentos para consumo próprio ou geração de renda para pequenos agricultores. Para isso, conta com parceria de programas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se destina a estimular a geração de renda entre pequenos agricultores, liberando recursos e subsídios para estes promovendo a produção sustentável (CARNEIRO, 2013).

Ainda no contexto de incentivo à produção familiar, o II PLANSAN cita os programas de captação de água da chuva para a irrigação e uso nas residências em regiões semiáridas do Brasil, como o Programa Cisternas (CAISAN, 2016). Além deste, também é citado o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos), instituído em 2011. O programa é responsável pela colaboração em comunidades em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade para a captação de água da chuva, que é distribuída para consumo humano, agricultura irrigada ou alimentação de animais (BRASIL, 2011).

O II PLANSAN também cita o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que tem como objetivo o aumento da produção de alimentos orgânicos por pequenos agricultores (SANTOS et al., 2015). O PLANAPO é citado no II PLANSAN por ter as ações relacionadas à “legislação sanitária; à economia solidária; a perdas e desperdício de alimentos, aos equipamentos de segurança alimentar e nutricional e à agricultura urbana” (CAISAN, 2016). O programa é recente, mas já mostra participação em atividades de capacitação de trabalhadores rurais para a produção orgânica, criação de bancos de sementes para armazenamento e uso de adubação sustentável (SANTOS et al., 2015).

Os programas citados dentro do II PLANSAN também focam na adaptação das mudanças climáticas, estabelecendo estratégias para garantir o menor impacto possível sobre a agricultura, ecossistemas, energia, populações vulneráveis, recursos hídricos, segurança alimentar e nutricional e demais setores afetados pelas mudanças climáticas, através do Plano Nacional de Adaptação (MMA, 2016a). Para a mitigação dos impactos climáticos sobre a



segurança alimentar e nutricional brasileira, o plano foca no fortalecimento de programas de acesso à água no semiárido, inclusão produtiva rural de grupos mais vulneráveis, inserção da agricultura familiar em produções sustentáveis e ampliação da capacidade de armazenamento de estoques públicos de alimentos (MMA, 2016b).

A integração destas políticas torna-se necessária para a superação dos nove desafios de segurança alimentar e nutricional no Brasil, no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo responsáveis por setores específicos para a disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade de alimentos.

4 ANÁLISE DOS NOVE DESAFIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL COM BASE NOS QUATRO PILARES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com a cartilha de apresentação do II PLANSAN (CAISAN, 2016), os nove desafios contemplam as dimensões de: 1) produção e disponibilidade de alimentos; 2) renda e condições de vida; 3) acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; 4) saúde e nutrição; 5) educação; e 6) segurança alimentar em âmbito geral, relacionando-o com os pilares definidos por FAO (1996) e WFP (2016). Visando aprimorar essa relação, os autores identificaram as relações de cada desafio separadamente com cada um dos pilares de segurança alimentar e nutricional.

A Tabela 3 ordena os nove desafios do II PLANSAN (2016-2019) pela sua relação com os quatro pilares: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade, como definido pelos autores.

Desafio do II PLANSAN	Pilar de segurança alimentar e nutricional correspondente	Relação referente entre os desafios do II PLANSAN e os pilares de segurança alimentar
Desafio 1: “promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional”	Acesso	“promover o acesso universal”
	Utilização	“promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável”



Desafio 2: “combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural”	Acesso	“promover a inclusão produtiva rural”
	Disponibilidade	“promover a inclusão produtiva rural”
Desafio 3: “promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica”	Disponibilidade	“promover a produção de alimentos (...)”
	Acesso	“(...) a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica”
	Utilização	“(...) alimentos saudáveis e sustentáveis (...)”
Desafio 4: “promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável”	Disponibilidade	“promover o abastecimento (...)”
	Acesso	“(...) o acesso regular e permanente (...)”
	Utilização	“(...) alimentação adequada e saudável”
	Estabilidade	“(...) acesso regular e permanente (...)”
Desafio 5: “promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias”	Utilização	“promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional (...)”
Desafio 6: “controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação”	Utilização	“controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação”
Desafio 7: “ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural”	Disponibilidade	“ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural”
	Acesso	
	Utilização	
Desafio 8: “consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social”	Disponibilidade	“consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social”
	Acesso	
	Utilização	
	Estabilidade	
Desafio 9: “apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional”	Disponibilidade	“apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional”
	Acesso	
	Utilização	
	Estabilidade	

Tabela 3: Relação dos desafios do II PLANSAN (2016-2019) com os pilares de segurança alimentar e nutricional definidos por FAO (1996) e WFP (2016).



Os desafios 8 e 9 tratam a garantia de segurança alimentar e nutricional em âmbito geral, a promovendo através de medidas nacionais - por órgãos públicos, como o citado SISAN - e internacionais -pela cooperação e diálogo internacional. Nesse sentido, não são especificados os pilares de segurança alimentar e nutricional separadamente ao tratar do conceito de modo geral, assim, todos os pilares são abordados em conjunto.

Um dos âmbitos de ação mais perceptível do Brasil nos pilares de segurança alimentar e nutricional, através do II PLANSAN, está na dimensão do acesso à alimentação, onde atua com os desafios 1, 2, 3, 4 e 7. Os desafios 1 e 4 não especificam o método utilizado para a garantia de acesso aos alimentos, mas pretendem, respectivamente, “promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável” e “promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável”. Os desafios 2 e 3 especificam o modo de alcançar o acesso a alimentos ao pretender a inclusão produtiva rural, o que está descrito como uma das possibilidades de garantir-se o acesso aos alimentos adequados no conceito de segurança alimentar e nutricional proposto por FAO (1996) e WFP (2016). O sétimo desafio também se relaciona com essa dimensão quando objetiva garantir o acesso e melhor distribuição de água, o que, além de colaborar para a segurança hídrica da população, abastece-a para ampliar a sua capacidade produtiva.

Na dimensão da disponibilidade de alimentos, o II PLANSAN tem sua ação percebida nos desafios 2, 3 e 4 e 7 por serem voltados à produção e abastecimento internos. Em contrapartida, o II PLANSAN não conta com nenhum desafio que abranja a disponibilidade de alimentos através do comércio e capacidade de importação como definido por FAO (1996) e WFP (2016). Parte disso pode ser consequência pelo fato de que o Brasil é um produtor de alimento que tem tido a capacidade de garantir o abastecimento interno. De acordo com dados do IBGE (2016), o país produziu cerca de 1,041,772,442 toneladas de alimentos no ano de 2015, se consideradas lavouras permanentes e temporárias. Também, como pode ser percebido nas políticas complementares ao II PLANSAN apresentadas, o foco político brasileiro é muito voltado à produção interna de alimentos, principalmente para a agricultura familiar.

No âmbito da utilização dos alimentos, que significa que o alimento acessado deve impactar positivamente na nutrição dos envolvidos, nota-se a ação dos desafios 1, 6 e 7, além dos três desafios alocados no macro desafio (3, 4 e 5). O primeiro desafio intenciona a promoção de acesso universal à alimentação adequada e saudável, impactando diretamente na nutrição.



Quanto ao desafio de número 6, este pretende “controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação” e o desafio 7 objetiva garantir o acesso à água e segurança hídrica para toda a população, o que impacta diretamente na saúde e nutrição dos mesmos, além de ser um fator essencial para a higiene pessoal e de alimentos, que também é tratada no pilar de utilização.

O macro desafio do II PLANSAN, que aloca três dos desafios principais, é a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, impactando diretamente na utilização dos alimentos, voltado principalmente para a saúde da população. Os desafios 3 e 4 pretendem promover a produção e acesso aos alimentos saudáveis, enquanto o de número 5 objetiva a promoção de saúde alimentar e nutricional através da educação.

Quanto à estabilidade, esta trata do acesso à alimentação adequada em todos os momentos, independentemente de variações climáticas, flutuações nos preços dos commodities ou instabilidades políticas. O desafio que mais se aproxima deste conceito é o número 4, que pretende garantir o acesso à alimentação adequada de forma permanente para a população brasileira. Nota-se que não há desafios ligados especificamente a alguma das variações citadas por FAO (1996) e WFP (2016) como necessárias para o controle e garantia de estabilidade na segurança alimentar (crises econômicas, instabilidades políticas e mudanças climáticas), o único momento em que uma destas variações é citada se dá na meta 3.40, pertencente ao desafio 3. Nela, pretende-se a

promoção da adaptação nacional à mudança do clima através da implementação do Plano Nacional de Adaptação; da articulação interinstitucional e desenvolvimento de parcerias, da gestão do conhecimento e elaboração de estudos, metodologias, ferramentas e indicadores; do desenvolvimento de capacidades, do fomento à implementação de medidas adaptativas baseadas em serviços ecossistêmicos (CAISAN, 2016, p. 39).

A partir disto, pode-se notar que os desafios brasileiros para segurança alimentar e nutricional são abrangentes a todas as necessidades expostas por FAO (1996) e WFP (2016), mas ainda assim, algumas das dimensões são tratadas com menos aprofundamento, como no caso da estabilidade e acesso permanente aos alimentos demandados, onde não são encontradas especificações quanto à prevenção e adaptação de eventos extremos, desconsiderando mudanças no clima, política, economia e volatilidade de preços. Outros setores recebem mais atenção do governo brasileiro, como os pilares de disponibilidade e acesso, que são melhor tratados pelos programas de incentivo à agricultura familiar.



Também é importante notar os esforços brasileiros para a expansão de segurança alimentar e nutricional com parcerias internacionais, especificada em seu nono desafio e em sua atenção para a contextualização com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar os desafios e programas brasileiros para segurança alimentar a partir dos pilares que definem de segurança alimentar e nutricional, foi possível notar o foco brasileiro na promoção de acesso e utilização dos alimentos. O acesso, como afirmado anteriormente, é promovido através de políticas para o incentivo à produção e distribuição de renda, enquanto a utilização é promovida através dos desafios que pretendem gerar impacto positivo na nutrição e saúde da população brasileira, incluindo o macro desafio proposto pelo governo, focando nas populações rurais e mais vulneráveis.

São encontradas brechas na abordagem de disponibilidade e estabilidade de segurança alimentar objetivadas no II PLANSAN. A disponibilidade pretendida nos desafios do plano brasileiro não considera a necessidade do comércio internacional de alimentos para o abastecimento interno, desconsiderando possíveis alterações na produção brasileira que exijam da capacidade de importação e comercialização do país.

Quanto à estabilidade, o plano brasileiro não conta com as especificações necessárias para essa garantia. Pretende-se garantir o acesso permanente aos alimentos, mas não é citada a forma como isto seria alcançado, deixando lacunas quanto as possibilidades de impactos econômicos e climáticos que afetem o abastecimento permanente de alimentos no Brasil. Estas lacunas geram um risco para o país, principalmente em um contexto de mudanças climáticas que podem impactar na produção de alimentos no território brasileiro, sendo um possível gatilho para gerar um cenário de insegurança alimentar.

Como apresentado, a estabilidade é o fator temporal que afeta todos os outros pilares de segurança alimentar, tornando-se essencial para a garantia de acesso, disponibilidade e utilização de alimentos no território brasileiro, sendo necessária que sua presença fosse estabelecida em todos os desafios do II PLANSAN, considerando as mudanças econômicas, políticas e ambientais que têm o poder de impedir a concretização do plano.



Considerando as mudanças no cenário político brasileiro da década de 2010, a estabilidade é um pilar que necessariamente precisa ser estabelecido se pretende-se criar um estado de plena segurança alimentar. Nos últimos anos o país teve a aplicação da sua democracia questionada e escândalos de corrupção divulgados, desestabilizando o cenário político e ainda o econômico, que sofre influência direta com os aumentos de preços em um país desestabilizado, visto que, onde o mercado não possui segurança de estabilidade para investimentos, há geração de desemprego e desconfianças por parte do público consumidor.

Desse modo, percebe-se que a lacuna deixada pelo II PLANSAN no contexto de estabilidade torna-se perigoso para o país não somente no sentido ambiental, visto o despreparo do plano em lidar com os impactos das mudanças climáticas na produção e estoque de alimentos, como também no sentido social e econômico, que encontra-se desestabilizado e não encontra no plano medidas para evitar que isto afete a garantia de segurança alimentar e nutricional.

Para próximos trabalhos, fica disponível a análise das lacunas deixadas pelo plano brasileiro, principalmente voltadas para a estabilidade da segurança alimentar e nutricional, vistas às mudanças climáticas previstas e seus impactos na produção de alimentos no Brasil. Também se dispõe a análise com maior foco nos programas brasileiros que tratam mais especificamente da estabilidade num contexto de alterações no clima citados no II PLANSAN, como o Plano Nacional de Adaptação, além de programas que, apesar de não citados no plano, foram de extrema importância para os avanços na segurança alimentar e nutricional no país, colaborando para que o país saísse do mapa da fome.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi conduzido pelo Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), no contexto do projeto BRIDGE, financiados pelo Fundo Newton, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCUK).

REFERÊNCIAS

Brasil. **DECRETO Nº 7.535 DE 26 DE JULHO DE 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.



CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015**. 2011. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/pjc/imagens/publicacoes/plano_nacional_seg_alimentar.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Balço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANSAN 2012-2015**. Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2014. 120 pp.; 28 cm ISBN: 978-85-60700-65-3

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Indicadores e Principais Resultados do Plano Nacional de SAN (2012/2015). Brasília. 2015. Disponível em <<https://issuu.com/informecaisan/docs/indicadoreseprincipaisresultadosdop>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional (PLAN SAN 2016-2019)**. 2016. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLAN SAN-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos sociedade e agricultura, 2013.

CHARLTON, Karen E. **Food security, food systems and food sovereignty in the 21st century: A new paradigm required to meet Sustainable Development Goals**. Nutrition & Dietetics, v. 73, n. 1, p. 3-12, 2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2014. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório Final: Carta Política, Manifesto, Proposições e Moções**. 2015. Disponível em: <<http://polis.org.br/wp-content/uploads/Relatorio-Final-5ª-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **World Food And Agriculture Situation, State Of Food And Agriculture**. 1974. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/meeting/007/F5340E/F5340E03.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **World Food Security: a Reappraisal of the Concepts and Approaches**. 1983. Director General's Report. Rome.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action**. 1996. World Food Summit 13-17 November 1996. Rome.

FAO. Food Agriculture Organization of the United Nations. **Trade Reforms And Food Security: Conceptualizing the Linkages**. 2003. Commodity Policy and Projections Service Commodities and Trade Division. Rome.



FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **An Introduction to the Basic Concepts of Food Security**. 2008. Food Security Programme. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/al936e/al936e00.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **How to Feed the World: Global agriculture towards 2050**. 2009. Rome. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/wsfs/docs/Issues_papers/HLEF2050_Global_Agriculture.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

GRISA, Catia et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Revista Eletrônica Retratos de Assentamentos, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

MALUF, Renato S. et al.. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. Revista Cadernos de Debate, v. 4, p. 66-88, 1996.

MAXWELL, Simon et al. **Household food security: a conceptual review. Household Food Security: concepts, indicators, measurements**. Edited by S. Maxwell and T. Frankenberger. Rome and New York: IFAD and UNICEF, 1992.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, Volume I: Estratégia Geral**. 2016a. Portaria MMA nº 150 de 10 de maio de 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, Volume II: Estratégias Setoriais e Temáticas**. 2016b. Portaria MMA nº 150 de 10 de maio de 2016.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 de jul. de 2016.

NAPOLI, Marion et al. **Towards a food insecurity Multidimensional Index (FIMI)**. Master in Human Development and Food Security, 2011.

NELSON, Gerald C. et al. **A zero draft consultation paper**. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/_Climate_Change/Climate_Change_e-consultation_V0_Draft_Report.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

OECD; FAO. Organization for Economic Co-operation and Development; Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Perspectivas Agrícolas 2015-2024**. 2015. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016

ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Crescimento da renda dos 20% mais pobres ajudou Brasil a sair do mapa da fome, diz ONU**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.



PANGARIBOWO, Evita Hanie et al. **Food and nutrition security indicators: a review.** 2013. Disponível em: <http://www.zef.de/uploads/tx_zefportal/Publications/wp108.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

PINSTRUP-ANDERSEN, Per. **Food security: definition and measurement.** Food security, v. 1, n. 1, p. 5-7, 2009

PINTO, H. S. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado 2014 (Texto para Discussão nº 150). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 03 ago. 2017.

SANTOS, Adriana Maria; MARÇAL, Nelly Alexandre; PINTO, Érika do Nascimento Fernandes. **A Produção Orgânica Garantindo a Promoção da Saúde dos Trabalhadores do Campo.** Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v. 8, n. 1, p. 01-05, 2015.

SILVA, N. M. G., CESARIO, A. V., CAVALCANTI, I. R. **Relevância do agronegócio para economia brasileira atual.** X Encontro de Iniciação à Docência, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. **Cash transference and food insecurity in Brazil: analysis of national data.** Revista de Nutrição, v. 21, p. 39s-51s, 2008.

SOARES, Sergei et al. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e pobreza.** Bolsa família, v. 2010, p. 27-529, 2003.

VON BRAUN, Joachim et al. (Ed.). **Improving food security of the poor: Concept, policy, and programs.** Intl Food Policy Res Inst, 1992.

WEF. World Economic Forum. **Shaping the Future of Food Security and Agriculture.** 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/system-initiatives/food-security-and-agriculture/>>. Acesso em: 05 out. 2016.

WFP. World Food Programme. **What is food security?** 2016. Disponível em: <<https://www.wfp.org/node/359289>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

WHEELER, Tim; VON BRAUN, Joachim. **Climate change impacts on global food security.** Science, v. 341, n. 6145, p. 508-513, 2013.